

Política de Proteção de Dados Pessoais

Crédit Agricole Leasing & Factoring, Sucursal em Portugal

Crédit Agricole Leasing & Factoring S.A., Sucursal em Portugal

Política de Proteção de Dados Pessoais

O Crédit Agricole Leasing & Factoring S.A., Sucursal em Portugal (CAL&F PT), sociedade financeira especializada, está empenhado em assegurar que o tratamento de dados pessoais que efetua cumpre o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, aplicável desde 25 de maio de 2018.

A quem se destina esta política?

Esta política destina-se a todas as pessoas, enquanto indivíduos sujeitos a tratamento de dados pessoais pelo CAL&F PT, quer atue como particular ou no contexto de uma atividade profissional.

Assim, abrange em particular as seguintes situações: um cliente ou antigo cliente, um cliente potencial, um signatário que represente uma entidade jurídica, uma associada, um prestador de serviços, um parceiro, um fornecedor, um garante ou avalista, um representante legal, um requerente ou participante legítimo num processo de financiamento, ou qualquer outro terceiro que seja uma pessoa singular, em especial com registo no Registo Nacional de Pessoas Coletivas (RNPC).

Responsável pela Proteção de Dados

O CAL&F PT nomeou um responsável pela proteção de dados, com quem pode contactar para obter quaisquer informações adicionais ou exercer os seus direitos nos termos do RGPD (ver parágrafo "Direitos dos titulares de dados pessoais").

Finalidades e base jurídica do tratamento de dados

O CAL&F PT atua como Responsável pelo tratamento dos dados na aceção do RGPD.

O CAL&F PT compromete-se a cumprir todas as obrigações que lhe sejam atribuídas por força da regulamentação aplicável ao tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, aplicável desde 25 de maio de 2018.

O CAL&F PT integra o Grupo Crédit Agricole, o qual, em conformidade com os seus compromissos, não comercializa qualquer dado pessoal.

Os dados pessoais recolhidos pelo CAL&F PT, na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, com vista à assinatura ou à execução de um contrato, podem ser objeto de tratamento automatizado ou não automatizado e utilizados pelo CAL&F PT para os seguintes fins:

- **Execução de medidas pré-contratuais efetuadas a pedido do cliente ou do potencial cliente:**
 - A avaliação e gestão do risco, a gestão, o estudo e a concessão de financiamento, encontram-se abrangidos por esse tratamento.
Para a concessão de um financiamento ou linha de financiamento, este processo pode ser, no seu todo ou em parte, objeto de tratamento por meios automáticos ou por um funcionário do CAL&F PT. Quando o titular de dados pessoais atua em nome de uma pessoa coletiva, esse tratamento é executado com a base legal do interesse legítimo do CAL&F PT para que, de acordo com a lei, possa ser celebrado o contrato com a entidade representada (cliente).

- **Execução do contrato:**
 - Inclui a execução e gestão do contrato, a gestão dos pedidos do Cliente assim como os produtos e serviços subscritos ou que vierem a ser contratados.
Quando o titular de dados pessoais atua em nome de uma pessoa coletiva, esse tratamento é executado com base jurídica no interesse legítimo do CAL&F PT em assegurar a boa execução do contrato celebrado com a entidade representada.

- **Da obrigação legal:**
 - Inclui a deteção de atos praticados no contexto de atividades que apresentem uma anomalia, uma incoerência ou que tenham sido assinalados como podendo envolver fraude.
 - Aplicação de Diretrizes Europeias e Nacionais em vigor em matéria de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, bem como Sanções Financeiras nacionais e internacionais. Desta forma, e tendo em consideração as listas internacionais, o tratamento de dados é realizado durante toda a relação comercial para permitir a verificação de clientes, representantes legais, acionistas, gestores, beneficiários efetivos, parceiros e fornecedores, bem como uma vigilância de transações realizadas para monitorizar as transações.
 - Os elementos contabilísticos e demais documentos comprovativos podem ser conservados durante o período determinado pela regulamentação em vigor.

- **Do interesse legítimo:**
 - Inclui os processos de cessão ou de cobrança de créditos, bem como a gestão dos incidentes de pagamento. O CAL&F PT tem um interesse legítimo ao efetuar a cobrança das faturas que

Ihe foram cedidas ou ao intentar ações judiciais para proteger os seus interesses ou os dos seus clientes.

- Inclui ainda a aplicação das Sanções Financeiras nacionais e internacionais e das Disposições da OFAC (Office of Foreign Assets Control) em vigor em matéria de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Desta forma, e tendo em consideração as listas internacionais, o tratamento de dados é realizado durante toda a relação comercial para permitir a verificação de clientes, representantes legais, acionistas, gestores, beneficiários efetivos, parceiros e fornecedores, bem como exercer-se uma vigilância das transações realizadas.

O CAL&F PT tem um interesse legítimo em reforçar os programas de conformidade de acordo com os regulamentos sobre sanções internacionais.

- Abrange também a prospeção comercial a profissionais e empresas, a realização de campanhas publicitárias e de promoções de vendas, inquéritos de opinião e de satisfação e estudos estatísticos. O interesse legítimo do CAL&F PT é de propor aos seus clientes, potenciais clientes e parceiros as ofertas existentes, novas ou promocionais, bem como avaliar a satisfação dos clientes, por forma a melhorar a oferta dos seus produtos e serviços.

Da autorização:

- Abrange a prospeção comercial tendo em consideração as pessoas individuais (representantes legais, acionistas, gestores, beneficiários efetivos, etc.) relacionadas com os potenciais clientes (pessoas coletivas).

Os dados pessoais tratados para os fins acima referidos são necessários para a execução do contrato, para a prossecução dos interesses legítimos do CAL&F PT ou para a implementação de uma obrigação legal, respeitando simultaneamente os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados pessoais.

Estes dados podem ser conservados durante o tempo necessário para atingir os fins para os quais foram recolhidos, tal como acima referido, sendo posteriormente eliminados de acordo com os prazos legais.

Como recolhemos os seus dados?

O CAL&F PT recolhe os dados pessoais diretamente. Adicionalmente, a fim de enriquecer a sua base de dados, também podemos recolher dados pessoais junto:

- Dos seus parceiros de negócios com quem entrou em relação/contacto, ou de terceiros, como Brokers/Intermediários, desde que tenham consentido a transferência dos seus dados;

- De publicações/bases de dados disponibilizadas por autoridades oficiais ou terceiros, como por exemplo, Portal da Justiça, Diário da República, Registo Nacional de Pessoas Coletivas ou bases de dados geridas por autoridades de supervisão bancária, entre outras;
- De informações tornadas públicas, nomeadamente através de sítios de Internet, Redes Sociais, imprensa escrita ou através de fornecedores de informações comerciais que contenham informações tornada públicas.

Prazos de conservação

Assim que as finalidades do processamento de dados estiverem alcançadas, tendo em conta as obrigações legais ou regulamentares que exijam a conservação de certos dados, o CAL&F PT procede à destruição/eliminação ou à anonimização dos dados. O período de conservação depende da natureza dos dados e das finalidades para os quais devem ser utilizados.

Tipo de processamento	Períodos de conservação aplicáveis
Gestão, estudo e concessão de financiamento, avaliação e gestão do risco	Sete anos a contar do termo da relação comercial.
Luta contra o Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo	Sete anos a contar do termo da relação comercial ou, se for caso disso, do termo de qualquer processo judicial.
Luta contra a fraude e prevenção e deteção de delitos e crimes	Sete anos em caso de fraude comprovada ou no termo de qualquer processo judicial em caso de recurso.
Prospecção comercial para o cliente	Sete anos a contar do termo da relação comercial
Prospecção comercial de clientes potenciais	Sete anos a contar da data de coleta dos dados ou do último contato recebido do cliente potencial.
Elementos contabilísticos e documentos justificativos	Dez anos a contar do termo do exercício em causa.
Cobrança, cedência do contrato ou cedência de créditos.	Sete anos após a extinção do crédito.

Destinatários de dados pessoais recolhidos e tratados

A fim de realizar os objetivos acima referidos, e em caso de partilha de recursos ou de agrupamento de empresas, o CAL&F PT pode comunicar os dados pessoais obtidos a qualquer entidade do grupo Crédit Agricole, bem como a subcontratados envolvidos na oferta de produtos financeiros, dentro dos limites necessários à realização dos objetivos acima referidos.

A título excepcional, os dados pessoais podem ser comunicados e arquivados para cumprir obrigações legais e/ou regulamentares e/ou responder a pedidos de autoridades administrativas ou judiciais legalmente autorizadas por um período máximo de sete (7) anos a contar do termo da relação comercial.

Se o financiamento for coberto por uma garantia de um terceiro, estes dados serão igualmente comunicados ao terceiro para efeitos de gestão, de execução e acompanhamento da garantia.

Transferência de dados para fora da União Europeia

Devido à dimensão internacional do grupo Crédit Agricole e das medidas tomadas para garantir a utilização de ferramentas informáticas assim como a segurança das redes informáticas e das transações, ou no âmbito da partilha de recursos, das operações de manutenção informática ou da gestão das operações, os tratamentos acima referidos são suscetíveis de implicar a transferência de dados pessoais para países fora do Espaço Económico Europeu, cuja legislação em matéria de proteção de dados pessoais é diferente do da União Europeia.

Em tais casos, será exigido um enquadramento preciso e exigente, conforme os modelos adotados pela Comissão Europeia, e medidas de segurança adequadas irão garantir a proteção dos dados pessoais transferidos.

Estes tratamentos podem ser efetuados por subcontratados estabelecidos no Reino Unido (inquéritos de satisfação), em Marrocos (centro de serviços de desenvolvimento ou manutenção informática) ou nas Ilhas Maurícias (cobrança de dívidas) e são regidos por um contrato nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) para o Reino Unido e com as cláusulas contratuais-tipo da Comissão Europeia (CCT-CE) para os outros países, documentos que podem ser obtidos nos mesmos termos que os previstos para o exercício dos seus direitos.

A segurança dos seus dados

O CAL&F PT aplica, em coordenação com as outras entidades do grupo Crédit Agricole ao qual pertence, as medidas organizativas e técnicas necessárias para reforçar a proteção dos dados pessoais em conformidade com os requisitos da regulamentação em vigor.

Assim, medidas organizacionais (formação de colaboradores, procedimentos e processos, esquemas de delegação, auditorias, certificações, sistema de gestão de crise e crises cibernéticas, etc.), legais (menções e inclusão de cláusulas contratuais, sobre contratos e acordos, websites, cartas, emails, inquéritos, etc. .) e técnicas (criptografia, controle de acesso aos servidores de rede e postos de trabalho, rastreabilidade de auditoria, protocolos de acesso e transferências seguras, revisões e auditorias de segurança, testes de intrusão e de vulnerabilidade, exercícios de crise cibernética, etc.) são aplicados internamente bem como com os nossos subcontratados e parceiros, de acordo com a Política de Segurança do Grupo Crédit Agricole, para garantir o cumprimento dos

regulamentos sobre a proteção dos dados pessoais e exercício dos direitos por parte dos titulares de dados pessoais.

Direitos dos titulares de dados pessoais

Em conformidade com a regulamentação em vigor, os titulares de dados pessoais têm o direito de aceder, retificar, apagar e limitar os seus dados pessoais, bem como possuem o direito à portabilidade. Têm igualmente o direito de dar instruções específicas ou gerais sobre a conservação, a eliminação e a comunicação dos seus dados pessoais, aplicáveis após a sua morte.

Os titulares de dados pessoais podem igualmente opor-se, em qualquer momento, ao tratamento dos seus dados por razões relacionadas com a sua situação particular, e opor-se sem motivo à prospeção comercial.

Os titulares de dados pessoais têm o direito de se opor a um tratamento totalmente automatizado, de contestar a decisão, de exprimir o seu ponto de vista e de obter a intervenção humana por parte do CAL&F PT.

Tendo como princípio jurídico para o tratamento, o consentimento, os titulares de dados pessoais podem retirar o seu consentimento a qualquer momento.

Especifica-se que o exercício de alguns desses direitos, nomeadamente uma objeção relativa ao tratamento ligado às sanções internacionais da OFAC, pode resultar, caso a caso, para o grupo Crédit Agricole, na impossibilidade de fornecer o produto ou serviço esperado.

O titular dos dados pode obter informações ou exercer os seus direitos, bem como contactar o responsável pela proteção de dados, por escrito, para:

- Carta simples para: Data Protection Officer - Crédit Agricole Leasing & Factoring - Sucursal em Portugal, Avenida Duque D'Avila nº141, 3º Dto, 1050-081 LISBOA.
- Endereço eletrónico: DPO-calf@ca-lf.com

Os titulares dos dados podem igualmente apresentar uma reclamação junto da sua autoridade de controlo local, nomeadamente à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd - <https://www.cnpd.pt>), a Autoridade responsável em Portugal pelo cumprimento das obrigações relativas aos dados pessoais.